

## **REGULAMENTO GERAL DA 4ª CONAES**

### **I – Objetivos da 4ª CONAES**

A 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária terá os seguintes objetivos:

- fortalecer a organização social e cidadã dos sujeitos da economia popular e solidária para o exercício da democracia, da defesa do meio ambiente, da autogestão e do desenvolvimento sustentável e solidário;
- fazer um balanço do ambiente institucional das políticas de economia popular e solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos e o diálogo com outras políticas territoriais e setoriais;
- promover a escuta e a reflexão sobre a conjuntura e a realidade dos municípios e territórios da economia popular e solidária; e
- elaborar diretrizes e ações programáticas para o 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária, considerando a necessidade dos EES e seus sujeitos, especialmente mulheres e juventudes, que fortaleçam o ambiente institucional a educação e a autogestão, o acesso ao crédito e as finanças solidárias e a produção, comercialização e consumo justo e solidário.

### **II – Tema da 4ª CONAES**

A 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária terá como tema: “Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”.

O tema em questão deve ser abordado de maneira a conectar e consolidar as diversas políticas públicas relacionadas à economia popular e solidária, considerando os seguintes eixos:

**EIXO I:** Balanço das políticas públicas e análise de conjuntura que afetam a economia popular e solidária nos territórios onde ela está inserida;

**Eixo II:** Propostas de ação para o fomento e desenvolvimento da economia popular e solidária nos territórios, considerando as seguintes áreas temáticas:

- realidade socioambiental, cultural, política e econômica;
- produção, comercialização e consumo justo e solidário;
- financiamento: crédito e finanças solidárias;
- educação, formação e assessoramento técnico; e
- ambiente institucional;

Esses eixos e temáticas orientarão as conferências preparatórias na elaboração das propostas prioritárias que subsidiarão a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária. Espera-se que as propostas também estimulem a elaboração de planos municipais e estaduais. As Conferências Temáticas e Livres também poderão ser orientadas pelos eixos e temáticas propostas acima a fim de subsidiar a elaboração de planos de economia popular e solidária.

### **III - Documentos orientadores da 4ª CONAES**

A Comissão Organizadora Nacional e suas subcomissões de trabalho devem elaborar os documentos orientadores do processo preparatório da 4ª CONAES que serão apreciados e aprovados pelo CNES ou pelo Comitê Permanente do CNES.

Caberá à Comissão Organizadora Nacional divulgar os documentos aprovados pelas conferências temáticas e conferências livres a fim de que tais documentos possam ser utilizados nos debates das conferências estaduais e nacional, como subsídio complementar às propostas elaboradas nas conferências locais.

As conferências estaduais deverão receber, como subsídio para o debate, a atualização do Plano Nacional de Economia Solidária que será feita pelo CNES.

Na etapa nacional, a Comissão Organizadora Nacional da 4ª CONAES deverá preparar um novo Documento Referencial, incluindo as contribuições das conferências locais, estaduais, temáticas e livres. Este documento servirá como um guia para as deliberações da etapa nacional.

Encerrada a etapa nacional, caberá à Comissão Organizadora Nacional consolidar o Relatório Final e os Anais da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, apresentando-os para avaliação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Por fim, o Conselho Nacional de Economia Solidária, considerando as decisões da 4ª CONAES, deverá elaborar e definir as estratégias para a implementação do 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária.

#### **IV – Etapas e Diretrizes**

A 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária será antecedida de conferências preparatórias:

- a) conferências locais (de abrangência municipal ou intermunicipal);
- b) conferências estaduais;
- c) conferências temáticas; e
- d) conferências livres;
- e) conferência nacional.

As conferências locais (de abrangência municipal ou intermunicipal) devem elaborar propostas de ação para sua área de abrangência e oferecer subsídios para as etapas superiores (estadual e nacional). É recomendado que as propostas de âmbito municipal e intermunicipal sejam convertidas em planos locais de economia popular e solidária. As propostas de âmbito estadual e nacional serão debatidas nas respectivas instâncias.

As conferências locais de abrangência intermunicipal são supramunicipais e infraestaduais e deverão ser realizadas em caso de dificuldade de mobilização para realização de conferências locais de abrangência municipal, mas não se caracterizam como etapas intermediárias entre município e estado.

A realização de conferências locais é indispensável para a participação de delegados nas conferências estaduais. Caberá à Comissão Organizadora Estadual definir a quantidade de conferências locais eletivas, incluindo número de delegados, que serão realizadas em preparação para a 4ª CONAES, considerando a realidade e as particularidades locais. Também caberá à Comissão Organizadora Estadual elaborar orientações específicas para as conferências locais conforme o âmbito da abrangência.

É recomendado que as propostas aprovadas nas instâncias estaduais da 4ª CONAES sejam discutidas com o poder público estadual e/ou com o conselho estadual de economia solidária, quando houver, e sirvam de subsídio para a elaboração de planos estaduais de economia popular e solidária.

As conferências estaduais devem elaborar propostas de ação para sua área de abrangência e oferecer subsídios para a etapa nacional. É recomendado que as propostas de âmbito estadual sejam convertidas em planos estaduais de economia popular e solidária. As propostas de âmbito nacional serão debatidas na instância nacional.

A realização da Conferência Estadual é indispensável para a participação de delegados do Estado na Conferência Nacional. O número de delegados/as de cada Estado está definido pelo item VIII deste Regulamento Geral.

As conferências temáticas podem elaborar diretrizes e propostas no âmbito da temática, que serão subsídios para as conferências estaduais e a nacional. As conferências temáticas NÃO ELEGEM delegados/as para nenhuma etapa da 4ª CONAES.

As conferências livres podem elaborar diretrizes e propostas setoriais ou temáticas, que serão subsídios para as conferências estaduais e a nacional. As conferências livres NÃO ELEGEM delegados/as para nenhuma etapa da 4ª CONAES.

As conferências temáticas e livres poderão ser presenciais ou remotas com utilização de sistemas de videoconferência, desde que garantidos os objetivos gerais da 4ª CONAES e ofereçam a relação de participantes.

#### **IV - Convocação**

As conferências locais, de abrangência municipal, deverão ser convocadas:

- pelo Executivo municipal (diretamente ou através da Secretaria competente);
- pelo Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária, quando houver; e
- na ausência ou impossibilidade de convocação por parte do Executivo municipal, a Comissão Organizadora Estadual poderá realizar a convocação da Conferência Local.

Quando possível, é desejável que as conferências locais sejam convocadas, em conjunto, pela Comissão Organizadora Estadual e o Executivo municipal e/ou Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária.

As conferências locais, de abrangência intermunicipal, deverão ser convocadas:

- pela Comissão Organizadora Estadual; ou
- pelo poder Executivo, em conjunto, dos municípios de abrangência da referida conferência; ou

A Conferência Estadual será convocada:

- pelo respectivo governo estadual;
- pelo Conselho Estadual de Economia Solidária, caso exista; ou
- quando não existir Conselho Estadual de Economia Solidária e quando o governo estadual não convocar a conferência no prazo previsto, a Conferência Estadual poderá ser convocada pela Superintendência Regional (SRTE) do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de ato formal, juntamente com o respectivo Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária;

As conferências temáticas podem ser propostas:

- pela Comissão Organizadora Nacional;
- pelos comitês temáticos do Conselho Nacional de Economia Solidária; ou
- por um conjunto de pelo menos 5 (cinco) organizações ou redes da sociedade civil.

As conferências temáticas devem ser validadas pela Comissão Organizadora Nacional.

As conferências livres podem ser propostas por um conjunto de pelo menos 5 (cinco) organizações ou redes da sociedade civil e não requerem validação da Comissão Organizadora Nacional e devem ser comunicadas à Comissão Organizadora Nacional.

## **V - Comissões Organizadoras**

### **5.1 Comissão Organizadora Nacional**

A 4ª CONAES será coordenada por uma COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL designada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária com as seguintes atribuições:

- coordenar, supervisionar e promover a realização da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
- elaborar regulamento geral da Conferência Nacional e regimento interno da etapa nacional;
- elaborar documentos de referência, metodologia e programação;
- promover a sistematização da redação do Documento Final da 4ª CONAES;
- mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais nas conferências preparatórias e na conferência nacional;
- promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da Conferência;
- convocar ou validar a requisição de realização de conferências temáticas;
- aprovar a estratégia de comunicação e o plano de divulgação da 4ª CONAES; e
- constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições, caso necessário.

### **5.2 Comissão Organizadora Estadual**

Para a realização das etapas estaduais deverão ser constituídas COMISSÕES ORGANIZADORAS ESTADUAIS com a participação de representantes de todos os segmentos que compõem a 4ª CONAES.

As Comissões Organizadoras Estaduais serão designadas juntamente com a convocação da etapa estadual da 4ª CONAES:

- pelo respectivo governo estadual;
- pelo respectivo Conselho Estadual de Economia Solidária, quando existir; e
- quando não existir Conselho Estadual de Economia Solidária e quando o governo estadual não convocar a conferência no prazo previsto, a comissão organizadora estadual será designada pela Superintendência Regional (SRTE) do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de ato formal, junto com a convocação da conferência.

As Comissões Organizadoras Estaduais terão as seguintes atribuições:

- planejar o número de conferências locais que serão realizadas, considerando a realidade do estado e a abrangência de realização (municipal ou intermunicipal);
- elaborar orientações específicas para as conferências locais no âmbito da abrangência da respectiva UF;
- elaborar metodologia, programação e regimento interno da conferência estadual; promover a sistematização da redação do Documento Final da Conferência Estadual e remeter à Comissão Organizadora Nacional;
- mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais nas conferências preparatórias e na etapa estadual;
- promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da Conferência Estadual;
- elaborar proposta de divulgação e a estratégia de comunicação das conferências preparatórias e da Conferência Estadual, seguindo orientações da Comissão Organizadora Nacional;
- constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições; convocar as conferências locais, na ausência do poder Executivo e/ou de conselhos de economia solidária.

### **5.3 Comissão Organizadora Local (municipal ou intermunicipal)**

Para a realização de cada conferência local, deverá ser constituída uma COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL com a participação de representantes dos diversos segmentos, considerando os municípios da abrangência territorial ou regional, com as seguintes atribuições:

- preparar a metodologia, a programação e o regimento interno da Conferência Local na respectiva abrangência, adequando a proposta presente neste Caderno;
- constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições, caso necessário;
- mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais na respectiva Conferência;
- definir as estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da conferência;
- definir os critérios de escolha dos delegados e delegadas que a Conferência Local poderá eleger para a Conferência Estadual, levando-se em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e os critérios de representatividade e diversidade, para assegurar a participação dos principais segmentos da economia popular e solidária;
- preparar o material de apoio para a conferência, incluindo o Documento Referencial da 4ª CONAES, texto próprio para a realidade territorial (caso tenha), cópias do regimento interno e outros materiais necessários; e
- realizar a sistematização do Documento Final da Conferência Local e remeter à Comissão Organizadora Estadual.

### **5.4 Comissão Organizadora Temática ou Livre**

Para a realização de cada conferência temática ou livre deverá ser constituída pelos seus proponentes, uma COMISSÃO ORGANIZADORA TEMÁTICA OU LIVRE com a participação de representantes de todos os segmentos, que compõem a 4ª CONAES com as seguintes atribuições:

- elaborar metodologia e programação da Conferência, adequando à proposta deste Caderno;
- constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições;
- mobilizar e articular os participantes na respectiva conferência, considerando a diversidade e pluralidade de sujeitos;
- promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infraestrutura necessária para a realização da respectiva conferência;
- articular-se com a Comissão Organizadora Nacional para a mobilização de moderadores de grupos de trabalho e palestrantes;
- definir o número de participantes para a conferência, levando-se em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e os critérios de representatividade e diversidade, para assegurar a participação dos principais segmentos da economia solidária;
- preparar o material didático para a conferência, incluindo o Documento Referencial da 4ª CONAES, cópias do regimento interno e outros materiais necessários; e
- promover a sistematização da redação do Documento Final da Conferência e remeter à Comissão Organizadora Nacional.

## **5.5 Comitês preparatórios**

Na hipótese de não ser possível a convocação das conferências estaduais em tempo hábil para a convocação e realização das conferências locais, e, portanto, não terem instaladas as comissões organizadoras estaduais, a Comissão Organizadora Nacional poderá designar um COMITÊ PREPARATÓRIO em cada estado, que terá as mesmas atribuições da comissão organizadora estadual, até sua instalação definitiva. O Comitê Preparatório do estado poderá, igualmente, designar comitês preparatórios locais até a instalação definitiva de tais comissões. Os comitês preparatórios deverão guardar zelo quanto à representação dos segmentos (Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos) definidos por este Regulamento Geral, mas não restrito.

## **VI – Participantes da 4ª CONAES**

A 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, em todas as suas etapas, deverá ter a participação proporcional dos seguintes segmentos:

- segmento I – Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50%);
- segmento II – representantes do Poder Público (Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal): gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25%);
- segmento III – entidades de apoio e fomento: organizações da sociedade civil de fomento e apoio à economia popular e solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25%);

Serão delegados da etapa nacional da 4ª CONAES:

- 1.460 delegados/as eleitos/as nas Conferências Estaduais, garantindo no mínimo 50% de mulheres e 20% de juventudes;
- membros titulares do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Os membros das Comissões Organizadoras, em qualquer instância, NÃO são delegados/as natos/as e deverão participar do processo de escolha de delegados na sua referida instância para a instância superior, respeitando os critérios e proporcionalidades definidos neste Regulamento Geral.

A quantidade de delegados (as) por UF está definida no item VIII (oito) do presente Regulamento Geral.

Serão delegados das Conferências Estaduais, aqueles eleitos nas respectivas conferências preparatórias, respeitada a proporcionalidade de segmentos apresentada neste Regulamento Geral.

As Comissões Organizadoras das Conferências Estaduais definirão os critérios de participação nas conferências preparatórias e outros critérios de eleição dos delegados estaduais para a Conferência Nacional, além dos definidos no presente Regulamento Geral.

Na Conferência Nacional de Economia Solidária, além dos delegados, haverá participação de convidados e observadores, até o limite de 100 (cem) participantes, cujos critérios e quantidade serão definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

Na definição da composição de delegados eleitos nas conferências estaduais para participação na etapa nacional da 4ª CONAES, serão observados os seguintes critérios complementares:

- garantia de, no mínimo, 50% de mulheres;
- garantia de, no mínimo, 20% de juventudes;
- garantia de representação de povos e populações tradicionais, conforme critérios definidos pelas comissões organizadoras estaduais; e
- outros critérios específicos definidos pelas comissões organizadoras estaduais, considerando questões étnicas e de geração, sobretudo de jovens, garantindo a participação das diversas formas de expressão da economia popular e solidária na respectiva UF.

## VII – Cronograma

<i><b>Atividade</b></i>	<i><b>Período</b></i>	<i><b>Responsável</b></i>
Convocação da 4ª Conaes	abril de 2024	SENAES/MTE e CNES
Regulamento da 4ª CONAES	abril de 2024	Comissão Organizadora Nacional
<b>Convocação pelo poder executivo</b>		
Conferências Estaduais	de 01 de abril a 10 maio de 2024	Governos Estaduais (conforme Item IV do Regulamento Geral)
Conferências Locais	01 de abril a 20 maio de 2024	Executivos municipais ou comissões organizadoras estaduais
<b>Convocação pelos Conselhos, SRTE's ou Comissões Estaduais</b>		
Conferências Estaduais	01 de abril a 30 de maio de 2024	Conselho Estadual ou SRTE
Conferências Locais	Maio a 10 junho	Comissões organizadoras estaduais
Inscrições de Conferências Temáticas ou Livres	Maio a junho de 2024	Livre
<b>Realização das conferências</b>		
Conferências Locais	Abril a junho de 2024	Comissões organizadoras locais e estaduais
Conferências Temáticas e Livres	julho a outubro de 2024	Comissões Temáticas ou Livres
Conferências Estaduais	novembro a dezembro de 2024	Comissões Organizadoras Estaduais
Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária	10 a 13 de abril de 2025	Comissão Organizadora Nacional
<b>Envio de documentação (lista de participantes, ficha dos delegados/as e documento final)</b>		
Conferência local	Até 30 dias após a realização da conferência	Comissão organizadora local
Conferências Estaduais	Até 30 dias após a realização da conferência	Comissão organizadora estadual
Conferências Temáticas ou Livres	Até 30 dias após a realização da conferência	Comissões Organizadoras Temáticas ou Livres

## VIII – Distribuição de participantes por UF

A distribuição de delegadas e delegados para a 4ª CONAES, por Unidade da Federação, está apresentada abaixo.

UF	Segmento I – Empreendimentos	Segmento II – Poder Público	Segmento III – Org. Sociais	Total
AC	12	6	6	24
AL	12	6	6	24
AM	16	8	8	32
AP	12	6	6	24
BA	68	34	34	136
CE	44	22	22	88
DF	14	7	7	28
ES	16	8	8	32
GO	22	11	11	44
MA	26	13	13	52
MG	42	21	21	84
MS	12	6	6	24
MT	20	10	10	40
PA	24	12	12	48
PB	22	11	11	44
PE	38	19	19	76
PI	26	13	13	52
PR	28	14	14	56
RJ	42	21	21	84
RN	26	13	13	52
RO	12	6	6	24
RR	12	6	6	24
RS	68	34	34	136
SC	32	16	16	64
SE	12	6	6	24
SP	62	31	31	124
TO	12	6	6	24
<b>Brasil</b>	<b>730</b>	<b>365</b>	<b>365</b>	<b>1464</b>

**ANEXO I**  
**Modelo de sistematização das propostas das conferências estaduais**

<b>Plenária Temática 1</b>		
<b>Realidade socioambiental, cultural, política e econômica</b>		
<i>Diagnóstico do tema - Limites e desafios</i>	<i>Propostas de ações</i>	
	<b>Estado</b>	
	1.	
	2.	
	3.	
	4.	
	5.	
	<b>Nacional</b>	
	1.	
	2.	
	3.	
	4.	
	5.	
	<b>Plenária Temática 2</b>	
	<b>Produção, comercialização e consumo</b>	
	<i>Diagnóstico do tema - Limites e desafios</i>	<i>Propostas de ações</i>
	<b>Estado</b>	
	1.	
	2.	
	3.	
	4.	
	5.	
	<b>Nacional</b>	
	1.	
	2.	
	3.	
	4.	
	5.	
	<b>Plenária Temática 3</b>	
	<b>Financiamento: crédito e finanças solidárias</b>	
	<i>Diagnóstico do tema - Limites e desafios</i>	<i>Propostas de ações</i>



	Estado
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	Nacional
	1.
	2.
	3.
	4.
5.	
Plenária Temática 4	
Educação, formação e assessoramento técnico	
Diagnóstico do tema - Limites e desafios	Propostas de ações
	Estado
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	Nacional
	1.
	2.
	3.
	4.
5.	
Plenária Temática 5	
Ambiente Institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas	
Diagnóstico do tema - Limites e desafios	Propostas de ações
	Estado
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Nacional	

	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

## ANEXO II

### Modelo de lista de presença

[illegible]